

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

CONSIDERAÇÕES SOBRE TRÊS TESES DA FORMAÇÃO DO BRASIL¹
CONSIDERATIONS ON THREE THESES OF TRAINING IN BRAZIL

Mizael Dornelles²

¹ Estudo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, curso de doutorado, junto a disciplina 'Estado e formação socioespacial no Brasil'.

² Geógrafo e Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC.

Resumo: O objetivo deste texto foi confrontar, segundo estudos recentes, três teses recorrentes na literatura científica sobre a formação do Brasil (segundo Caio Prado Junior, Clodomir Vianna Moog e Raymundo Faoro). Estas três teses foram apreciadas no âmbito da disciplina de "Estado e Formação Socioespacial no Brasil", junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc. Neste sentido, deixamos como provocação ao leitor um questionamento sobre a relação do desenvolvimento regional com as teses confrontadas.

Palavras-chave: Três teses confrontadas; Formação do Brasil; Desenvolvimento regional.

Abstract: The objective of this text was to compare, according to recent studies, three recurrent theses in the scientific literature on the formation of Brazil (according to Caio Prado Junior, Clodomir Vianna Moog and Raymundo Faoro). These three theses were appreciated under the discipline of "State and Socio-spatial Formation in Brazil", next to the Post-Graduate Program in Regional Development of Unisc. In this sense, we leave as a provocation to the reader a question about the relationship of regional development with the theses confronted.

Keywords: Three theses confronted; Formation of Brazil; Regional development.

1 INTRODUÇÃO

Procuramos discutir a seguir a formação do Estado brasileiro a partir de uma noção de 'formação socioespacial' iniciada pelos colonizadores europeus portugueses (no ano de 1500). Esses se apropriaram de certas áreas, estabelecendo diferentes tipos de relações com as comunidades autóctones. Com o tempo, expandiram este território conformando um novo mundo com outra sociedade até configurar-se num Estado nação independente.

Nesse sentido, nosso objetivo foi confrontar, segundo estudos recentes, três teses

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

recorrentes na literatura científica sobre a formação do Brasil: Caio Prado Junior (*Formação do Brasil contemporâneo: colônia*), Clodomir Vianna Moog (*Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*) e Raymundo Faoro (*Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*). Estas três teses foram apreciadas no âmbito da disciplina de “Estado e Formação Socioespacial no Brasil, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc. Isto é, buscamos trazer um contraponto aos autores indicados para leitura e debate na disciplina. Cabe destacar que os autores indicados abordam a formação do Brasil reconhecidamente reproduzida na literatura científica brasileira^[1]. Estamos falando de Caio Prado Junior e a tese de colônia de exploração e colônia de povoamento; Vianna Moog e a tese do português católico e o inglês protestante/calvinista; e Raymundo Faoro e a tese do patrimonialismo estamental brasileiro herdado de Portugal.

Estes três autores apresentam entendimentos diferentes da formação do Brasil que procuramos colocar em evidência a seguir, bem como confrontar essas obras com textos recentes de outros autores. De uma visão econômica para uma cultural, passando por uma terceira, institucional, as três teses comentadas procuram compreender as causas determinantes da formação do Brasil. Assim, para o entendimento adequado de questões fundamentais do presente, procuram dar uma explicação para as mazelas do Estado e da nação brasileira. Nos referimos a extrema desigualdade social e econômica, a dependência cultural, o atraso observável nos nossos padrões de educação, saúde, organização urbana, transporte, segurança social, etc.. Em poucas palavras, através de uma narrativa generalista essas obras procuram explicar, ‘o que fomos e de onde viemos’, para compreendermos ‘o que somos e para onde iremos’.

Metodologicamente, partimos das leituras realizadas na disciplina de “Estado e Formação Socioespacial do Brasil” e dos debates realizados durante os encontros que enfatizaram tais leituras. Com isso, foram selecionados textos que oferecem um contraponto às explicações que denominamos tradicionais para a formação do Brasil. O A seguir faremos uma breve apresentação das teses tradicionais e seu enquadramento dos pressupostos teóricos, de acordo com os autores. Junto a apresentação da tese procuramos colocar um confronto que entendemos relevante para a contribuição do pensamento sobre a formação do Brasil. Em seguida, procuramos sintetizar as teses confrontadas. Nas considerações finais desafiamos o leitor a pensar sobre as repercussões dessas narrativas em relação ao Desenvolvimento regional e as desigualdades sociais.

2 AS TESES E AS CONTESTAÇÕES

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

2.1 As colônias de exploração e as colônias de povoamento de Caio Prado Junior[2]

A partir da compreensão da história do desenvolvimento do comércio e da expansão ultramarina europeia, iniciada no século XV, podemos identificar as particularidades das colônias de exploração, em regiões tropicais, e das colônias de povoamento, estabelecidas na zona temperada do continente americano. Enquanto as primeiras, foram definidas como um empreendimento essencialmente comercial - cujo objetivo único foi fornecer produtos primários ao mercado externo - as últimas se constituíram movidas por razões de ordem econômica e político-religiosas. Essas observações acerca do “sentido da colonização” são consideradas determinantes em *Formação do Brasil Contemporâneo*[3] (PRADO JUNIOR, 1963).

De acordo com Prado Junior (1963), logo após a chegada dos primeiros europeus portugueses ao atual Brasil, no período de 1500, não era possível instalar aqui colônias de povoamento, uma vez que a Europa sofreu significativas perdas populacionais decorrentes da peste negra. Acrescenta ainda que, no caso brasileiro, seria impossível que Portugal povoasse estas “novas terras”, dada sua pequena população. Com isso, coloca em evidência o pensamento do francês Pierre Paul Leroy-Beaulieu (1902) tratando das colônias de povoamento e das colônias de exploração para explicar a opção portuguesa.

Cabe ressaltar que em zonas temperadas, como no norte da América, as áreas ocupadas receberam por dois séculos os “resíduos das lutas político-religiosas da Europa” e também os excedentes populacionais da Inglaterra. As colônias de povoamento, naquela época, seriam o resultado de “circunstâncias especiais” sem uma lógica econômica clara. Seriam sociedades semelhantes à sua origem, que se tornariam “pouco mais que simples prolongamento” do continente Europeu (PRADO JUNIOR, 1963, p. 20).

Por outro lado, “[...] as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso de suas irmãs na zona temperada” (PRADO JUNIOR, 1963, p. 24). Em áreas tropicais (as colônias de exploração), os europeus voluntariamente só iriam para comandar o trabalho de outros, sejam nativos ou escravizados africanos. Enquanto colônia de exploração, a única obrigação de servir a metrópole:

Se vamos à essência da nossa formação [Brasil], veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco e outros gêneros, mais tarde ouro e diamantes, depois, algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais do que isso. (PRADO JUNIOR, 1963, p. 25-26).

Temos claramente a identificação de diferentes trajetórias entre as colônias de povoamento e colônias de exploração. Enquanto uma pode ser considerada como continuação do país de origem, a outra seria uma sociedade nova, voltada ao fornecimento de produtos ao comércio

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

externo. Em poucas palavras, as sociedades coloniais do tipo do Brasil estavam voltadas para fora, subordinadas aos interesses e às demandas econômicas do mercado externo.

Monastério e Ehrl (2015) lembram ainda do clima, além da disponibilidade de população, como fator determinante para instalação de colônias de povoamento (clima temperado) ou colônias de exploração (clima tropical) na América, segundo a tese de Caio Prado Júnior. Esses pesquisadores, preocupados com a autoria dessa afirmação (colônia de povoamento *versus* colônia de exploração), procuram responder, “Quem afinal criou a ideia de que o tipo de colonização importa para o futuro das sociedades?”[\[4\]](#).

Neste sentido, Monastério e Ehrl (2015) destacam dois pontos. Primeiro: ao aplicar a tipologia em questão para o Brasil desde a chegada dos primeiros europeus portugueses, Caio Prado Júnior a adapta para momento histórico distinto do que Leroy-Beaulieu se referia (pensava seu esquema para o século XIX, e não para o antigo sistema colonial). Segundo: trata-se de um marxista que baseou seu esquema, bem como usou os mesmos termos da classificação de Leroy-Beaulieu (um defensor da economia política ortodoxa, do expansionismo colonial francês, oponente do protecionismo e das “doutrinas coletivistas”).

No que diz respeito a recorrência desta tese, Junqueira (2007, p. 180), procurou entender o “porquê” da longa utilização e permanência desta explicação, “[...] tal explicação de base estrutural e econômica, além de generalizante e reducionista, não resiste a menor investigação por parte dos estudiosos que se debruçam sobre os documentos da época, nem aos olhos do turista mais atento”. Lembra, como evidência material do interesse em “povoar” as intituladas colônias de exploração, representativas construções. A praça das armas e a catedral de três naves construídas sobre o antigo Wajayapata (Wiracocha), em Cuzco no Peru. Ou a igreja de Santo Domingo sobre o Qoricancha, templo do Sol, Inca. Ou ainda as instalações espanholas sobre as cidades político-administrativas e templos religiosos astecas, no México.

Neste sentido, a tese de colônia de exploração e colônia de povoamento, serve para “revestir de cientificidade” uma forma que já tínhamos de pensar o Brasil com relação aos países mais ricos. Isto é, encontrou grande ressonância no país (desde livros didáticos até a reprodução em diversas áreas científicas), porque nos colocamos em determinada relação ao centro desenvolvido (em geral, em posição de subordinação e subalternidade), de onde observávamos a Europa e olhamos para os Estados Unidos com admiração (JUNQUEIRA, 2007).

Para Karnal (1990), tanto na América ibérica quanto na inglesa houve intenções de exploração e de povoamento. Defende esta ideia a partir dos trabalhos de Clodomir Vianna

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Moog (1966), que abordaremos com maior intensidade no item a seguir, e de Richard McGee Morse (1988)[\[5\]](#). Em linhas gerais, Karnal lembra que Moog recusa a ideia de raça como elemento definidor para o sucesso ou não de uma civilização. Assim, ao discutir as diferenças entre brasileiros e norte-americanos, prefere fatores geográficos (ênfase no relevo e hidrografia) e culturais. Cita Morse para destacar que o “[...] dito subdesenvolvimento da América latina é uma opção cultural” (KARNAL, 1990, p. 13). Ou seja, não foi um acidente ou incompetência dos colonizadores, mas o resultado de escolhas políticas tomadas pelos habitantes da colônia e da metrópole.

Uma outra diferença estaria nos projetos coloniais que, na América inglesa, eram assistemáticos, diferente da organização na América ibérica. No século XVII, a América espanhola apresentava universidades, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, enquanto a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias cercadas por conflitos com os indígenas. Além disso, nem todos que vinham de Portugal e Espanha eram aventureiros ou “desclassificados”. Muitas pessoas consideradas ilustres na metrópole embarcavam para a América ibérica. Na conquista da América Inglesa isso não ocorreu, pelo menos de início (KARNAL, 1990).

Contudo, “Não é, certamente, nessa explicação simplista de exploração e povoamento que encontraremos as respostas para as tão gritantes diferenças na América” (KARNAL, 1990, p. 15). As especificidades das colônias, bem como as particularidades regionais americanas precisam de um tratamento que extrapole a dualidade proposta e que considere as diferenças ‘gritantes’ do continente.

Cabe ainda dar destaque à narrativa mais aceita e reproduzida nos EUA sobre a sua formação. De acordo com Sousa (2017), é uma explicação sustentada na oposição entre Leste e Oeste. Nesse Estado, até o final do século XIX, o entendimento era de continuidade da Europa, com princípios liberais e igualitários associados ao Iluminismo que poderiam florescer e prosperar sem os entraves de resquícios feudais e monárquicos. Entretanto, principalmente através de Frederick Jackson Turner, essas ideias foram contestadas sob o argumento da existência de uma zona fronteiriça com o *wilderness*[\[6\]](#) ao Oeste, avançando até o Oceano Pacífico. Assim, “As terras livres do Oeste atraíam centenas de milhares de famílias, que buscavam escapar do ambiente opressor do Leste” (SOUSA, 2017, p. 430).

Desta maneira, afastados do ambiente urbano, em contato direto com a terra e a selva, poderiam buscar o seu sustento e prosperidade a partir do próprio trabalho. A democracia estadunidense sempre foi fortalecida e regenerada pelo processo de expansão, visto que os conflitos sociais e a desigualdade eram escoados para as terras livres do poente. Esta hipótese interpretativa ficou conhecida como *frontier thesis* ou *frontier hypothesis*. Ou seja,

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

igualitarismo, democracia, cultura do trabalho e liberalismo estadunidenses não floresceram no Leste, mas no Oeste. Os EUA não são uma continuidade da Europa. Essa postura anticolonial, negando qualquer tipo de subserviência em relação à metrópole, não foi adotada pelo Brasil, que entregou ao colonizador a prerrogativa de explicar o “sentido da colonização”. À vista disso, temos uma dicotomia clara entre as formas de interpretar a condição pós-colonial nos EUA e no Brasil. No Brasil ocorre, portanto, um fatalismo aliado a uma valoração maniqueísta e a um pessimismo histórico em relação ao êxito dos EUA enquanto colônia de povoamento e o insucesso do Brasil devido à forma de colonização de exploração (SOUSA, 2017).

Entendemos o pressuposto teórico da obra como de base marxista, visto que existe uma preocupação com a formação econômica do povo brasileiro, bem como o desenvolvimento do capitalismo. No seu conjunto, a colonização toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Nessa obra, o autor analisa o país a partir de uma óptica econômica, mostrando que o Brasil faz parte de um empreendimento maior - o contexto da expansão marítima portuguesa em busca dos mercados orientais. Em sua mais ilustre passagem da obra, na qual discute o sentido da colonização, mostra que o desenvolvimento da colônia (povoamento, atividades comerciais, agricultura) atendeu aos interesses da metrópole (Portugal).

Também enquadrámos o pressuposto teórico de base marxista em uma perspectiva economicista, onde os fatores econômicos são decisivos, mais importantes e fundamentais para a vida individual e social. Deste modo, as demais atividades e valores, não econômicas, são consideradas secundárias, como lembra Courtoisie (2014).

2.2 Portugueses católicos e Ingleses calvinistas segundo Clodomir Vianna Moog^[7]

Moog (1966) examinou as possíveis causas da diferença no desenvolvimento dos Estados Unidos e do Brasil em seis capítulos: “Raça e Geografia”; “Ética e Economia”; “Conquista e Colonização”; “Imagem e Símbolo”; “Fé e Império”; e “Sinais dos Tempos”. A obra *Bandeirantes e Pioneiros* (MOOG, 1966)^[8] apresenta a seguinte problemática: como os EUA alcançaram progresso quase milagroso enquanto o Brasil ainda figura como um país de futuro incerto? Nas palavras do autor,

Como foi possível para os EUA, país mais novo do que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar aos nossos dias, à vanguarda das nações, com a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando o nosso país, com mais de um século de antecedência histórica, ainda se apresenta,

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro? (MOOG, 1966, p. 15).

No que tange ao capítulo I, cabe colocar em evidência a afirmação da inexistência no Brasil de problemas raciais intransponíveis^[9]: “[...] se nos perguntassem qual o aspecto mais alto, mais edificante e significativo da civilização brasileira, não teríamos a menor dúvida em indicar a quase inexistência de problemas raciais intransponíveis” (MOOG, 1966, p. 47). Sobre a geografia, as considerações tratam do relevo e da hidrografia, sendo que nos EUA o colonizador teria facilidades devido a imensas planícies e rios navegáveis com drenagem endorréica. Ao contrário, no Brasil, o relevo com características mais onduladas e os rios encachoeirados, com drenagem predominantemente exorréica, dificultariam a ação colonizadora.

O segundo capítulo justifica o primeiro - sobre a inexistência de problemas raciais no Brasil - através de uma explicação de tolerância racial herdada dos portugueses decorrente do convívio com os mouros no século VII. Na sequência, indica que a maior diferença entre os EUA e o Brasil está na postura colonizadora protestante e católica^[10] apresentadas nos referidos países. Os protestantes, calvinistas, defendiam a riqueza pessoal pelo trabalho; já para os católicos o progresso econômico era visto com desconfiança. Estamos considerando essa como a ideia central da defesa entre as diferenças no desenvolvimento dessas duas nações.

No capítulo III, há o entendimento que a motivação para ocupação dos ingleses nos EUA teria um “[...] sentido inicialmente espiritual, orgânico e construtivo [...]”, e dos portugueses no Brasil, um “sentido predatório, extrativista e quase só secundariamente religioso” (MOOG, 1966, p. 129). Essa analogia lembra, em certa medida, aspectos das colônias de povoamento e colônias de exploração. Nos capítulos subsequentes, IV, V e VI, dá continuidade ao argumento de superioridade do americano dos EUA em detrimento do brasileiro inferiorizado; discorre sobre as características do pioneiro (desprendido do passado) e do bandeirante (apegado ao passado); e também, mais algumas diferenças e outras semelhanças entre estadunidenses e brasileiros (BARRETO, 2017).

Em linhas gerais, Clodomir Vianna Moog resume as diferenças entre EUA e Brasil em: uma geografia favorável, posição do pioneiro diante do passado, aperfeiçoamento moral e dignificação do trabalho, para o primeiro, país mais rico do século XX. Quanto ao Brasil, temos um ambiente desfavorável, cujo habitante não acredita no trabalho nem na perfectibilidade do homem; por isso, o país é pobre (LEITE, 1983).

Para Souza (1998, s.p.), nesta obra de Moog “O atraso brasileiro é explicado tanto pelos

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

fatores geográficos quanto por fatores ético-religiosos”. A ideia central da obra foi a contraposição de formas de colonização a partir de heranças religiosas e culturais distintas. Uma resultante em um desenvolvimento em progressão geométrica (EUA) e a outra, em progressão aritmética (Brasil), “[...] o confronto do absolutamente positivo com o absolutamente negativo” (SOUZA, 1998, s.p.).

Barreto (2017, p. 91) chama atenção para fragilidade desta ideia central, uma vez que “[...] o bravo autor não contava com o dinamismo das sociedades, seja pela disseminação de doutrinas novas, pela modificação da religiosidade em cada país ou ainda pela globalização da economia”. A crítica aos fatores geográficos, segundo Karnal (1990) e Barreto (2017), traz ao debate o determinismo ambiental que nega o homem como sujeito na produção do espaço.

Para Leite (1983), “Bandeirantes e Pioneiros” representa o retorno a uma ideologia do começo do século XX. Por um lado, na obra, foi afastada a ideia do racismo, de diferenças biológicas, entretanto, “[...] se a raça não explica nossa inferioridade, esta deve ser explicada pela religião, pela história, pela colonização predatória - isto é, por fatores que, justamente porque estão no passado, não podem ser modificados” (LEITE, 1983, p. 334). O programa de reformas proposto por Moog (1966) também foi realçado como uma ilusão absurda que desencanta o leitor. Conforme Leite (1983, p. 334), “[...] o fundamental será um ‘exame de consciência nacional’ - como se alguma vez na história um povo de repente parasse para purgar os seus pecados e iniciar vida nova”.

Contudo, a constatação final de Leite (1983) expõe o entendimento de um esquema implícito presente na obra que compreende a vida econômica determinada por fatores psicológicos, que são determinados pela História. A história não pode ser reformadas através de intervenção psicológica. Assim, o povo está condenado a estagnação e o atraso frente aos países desenvolvidos.

O enquadramento dos pressupostos teóricos desta obra é claramente weberiano, dada a relação Protestantismo e capitalismo, associados profundamente[11]. Justificamos o enquadramento culturalista na explicação da influência preponderante da cultura na personalidade dos indivíduos, a partir de uma base de observação de sociedades antigas. Courtoisie (2014) enfatiza o exemplo da desvantagem da herança ibérica e católica para os latino-americanos em relação ao favor da tradição anglo-protestante. Enquanto os EUA e o Canadá seriam uma ilustração “desenvolvida”, ricos de democracias longas e ininterruptas, os países latino-americanos seriam subdesenvolvidos, pobres e com governos são instáveis.

Para Souza (1998), os intérpretes do atraso brasileiro Vianna Moog e Faoro (dentre outros),

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

podem ser classificados de acordo com o quadro teórico a que pertencem: o primeiro faria parte da vertente “culturalista”, ao passo que o segundo faria parte de uma vertente “institucionalista”.

2.3 O patrimonialismo estamental herdado de Portugal conforme Raymundo Faoro[12]

Em *Os donos do poder*, a especificidade do atraso brasileiro está no patrimonialismo herdado de Portugal, comandado e dirigido por um estamento burocrático subordinado e centralizado através de governos-gerais. Faoro (2012) realiza uma análise da origem do “patrimonialismo brasileiro” e busca as raízes de uma sociedade na qual o poder público é exercido e usado como se fosse privado.

O patrimonialismo é uma forma de organização social, distinta do feudalismo e do capitalismo. O Estado patrimonial, vai ser caracterizado por noções de público (soberania) e privado (patrimônio). Ao longo dos séculos (a análise vai desde a ascensão ao poder da dinastia de Avis, 1383-1385, ao ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas, 1930-1945 e 1951-1954) o controle passa da figura do monarca até um quadro administrativo burocrático (centro de poder político e coordenação econômica). Isto é, o patrimonialismo brasileiro se assenta sobre uma burocracia de Estado que serve aos objetivos de um grupo estamental.

Nas palavras de Gabriel Cohn (2012, p. 16), “O estamento burocrático atua, fundamentalmente, no interesse da sua perpetuação; mas, sendo ele próprio ente político, sua ação se volta para assegurar o padrão de poder central no qual está incrustado”.

A autonomia da esfera política, que se manifesta com objetivos próprios, organizando a nação a partir de uma unidade centralizadora, desenvolve mecanismos de controle e regulamentação específicos. O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. (FAORO, 2012, p. 638).

Neste sentido, Faoro (2012), tem grande preocupação em demonstrar que nem em Portugal, nem no Brasil houve feudalismo. Isto porque, “Submetido ao impacto do capitalismo [...], o sistema feudal, de feitio rígido, se estilhaça; mas não ocorre o mesmo com o sistema patrimonial de feitio estamental-burocrático, capaz de acomodação e compatibilidade [...]” (COHN, 2012, p. 18). Em outras palavras, somente os países que passaram pelo feudalismo enquanto colonizadores tiveram suas colônias com exitosa integração ao sistema capitalista. Desta maneira, fica latente a objeção às teses de Caio Prado Junior e Clodomir Vianna Moog:

Os países revolvidos pelo feudalismo, só eles, na Europa e na Ásia, expandiram uma

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

economia capitalista, de molde industrial. A Inglaterra, com seus prolongamentos dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, a França, a Alemanha e o Japão lograram, por caminhos diferentes, mas sob o mesmo fundamento, desenvolver e adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado. A Península Ibérica, com suas florações coloniais, os demais países desprovidos de raízes feudais, inclusive os do mundo antigo, não conheceram as relações capitalistas, na sua expressão industrial, íntegra. A coincidência é flagrante e, vista da perspectiva desta última metade do século XX, será capaz de provocar a revisão da tese de Max Weber, que vinculou o espírito capitalista à ética calvinista (FAORO, 2012, p. 42).

Souza (1998, s.p.) lembra ainda que “Para Faoro, a diferença entre as colonizações inglesa e portuguesa na América decorreria da constituição da instituição estatal em cada uma delas”. Em Portugal, um Estado patrimonial, estamental e centralizador. Na Inglaterra, ao contrário, um Estado que repele a centralização burocrática, refletindo mais o jogo dos interesses da sociedade. O primeiro propicia o capitalismo comercial, o segundo favorece a livre iniciativa dos interesses sociais que caracteriza o capitalismo industrial (SOUZA, 1998).

O inglês fundou na América uma pátria, o português um prolongamento do Estado. A Inglaterra, hostil à centralização, vencida a transação do feudalismo com o capitalismo, repeliu o paternal guarda-chuva real. [...] Portugal, na era seiscentista, estava sufocado pelo Estado absoluto, centralizador, armado de um estamento que consolidava a supremacia e o controle da realeza em todos os negócios, empresas, aventuras e planos (FAORO, 2012, p. 120).

A contestação mais contundente, e recente, da tese de Raymundo Faoro em “Os donos do poder” pode ser encontrada em Souza (2017, p. 112), que afirma:

[...] o Brasil não herda de Portugal sua estrutura social, mas sim da escravidão que não existia em Portugal. O patrimonialismo ou a existência de um estado forte não se contrapõe ao desenvolvimento capitalista como mostra o exemplo precisamente dos EUA, o qual desde meados do século XIX deve sua expansão territorial e econômica não só ao poderio militar e estatal, mas também a intervenção do Estado na construção de ferrovias e de universidades em todo o país para turbinar o desenvolvimento tecnológico e produtivo.

Souza (2017) foi enfático ao criticar o conceito de patrimonialismo defendido por Raymundo Faoro. Coloca em evidência que as pessoas são constituídas pelas instituições que as criaram e pelas interações com outros ‘homens’. Independente da descendência, do sobrenome ou passaporte lusitano, não somos portugueses. Instituições como o tipo de família, o tipo de escola, o tipo de justiça, de produção econômica, de relações políticas, em um contexto brasileiro da escravidão, tudo nos distingue de Portugal. O elemento principal da formação dos brasileiros foi a realidade escravocrata, não por estar na origem do povo, mas, sim, por ser a instituição central por quase quatro séculos, formando uma sociedade

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

extremamente estratificada e hierarquizada.

Ou seja, o conceito de patrimonialismo passa a ocupar o lugar que a noção de escravidão e das lutas de classe que se formam a partir dela deveria ocupar. A corrupção patrimonial substitui a análise das classes sociais e suas lutas por todos os recursos materiais e imateriais escassos. Faoro procura comprovar sua hipótese buscando raízes que se alongam até a formação do Estado português no remoto século XIV de nossa era. Um argumento central que perpassa todo o livro é o de que o Brasil herda a forma do exercício do poder político de Portugal (SOUZA, 2017, p. 109).

Neste sentido, o conceito de patrimonialismo esconde as verdadeiras bases do poder social no País, quando manifesta que o interesse privado é o interesse individual privado, contrário aos interesses organizados apenas a partir do Estado. Dá a entender, portanto, que os interesses privados organizados no mercado não existissem. Assim, a elite 'poderosa' está no Estado, invisibilizando a ação da elite real, que está no mercado, em oligopólios e na intermediação financeira. Dessa maneira, o conceito de patrimonialismo encobre os interesses organizados na esfera privada (SOUZA, 2017).

No que diz respeito ao pressuposto teórico, mesmo diante da negativa "Advirta-se que este livro não segue, apesar de seu próximo parentesco, a linha de pensamento de Max Weber" (FAORO, 2012, p. 21)[\[13\]](#), enquadramos esse trabalho como weberiano. Isto devido aos conceitos-chave da obra, "feudalismo, estado estamental e patrimonialismo" terem como fundamentação elementar na obra de Max Weber[\[14\]](#).

Esta visão presente na obra de Faoro (2012), entendemos como "institucionalista", uma vez que as instituições (regras formais, normas tácitas e principalmente estruturas políticas) têm maior importância, sobrepondo-se à economia e à cultura. Quer dizer, as instituições seriam a causa na explicação, o lugar para onde se deve olhar, o Estado patrimonial.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TESES CONFRONTADAS

A primeira tese que confrontamos, com base em Caio Prado Junior (1963), a partir das expressões "colônia de povoamento" e "colônia de exploração", busca explicar os diferentes rumos de desenvolvimento atingidos pelos países latino-americanos através das características da colonização. Mais que isso, traz uma comparação com os Estados Unidos, através de exemplos, colocando o Brasil e os demais países da América Latina como "atrasados" por causa de seu passado colonial (de exploração).

Já na segunda tese, Clodomir Vianna Moog (1966), estabelece um paralelo entre a cultura

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

brasileira e a estadunidense. Coloca em evidência o primeiro, dominado pelo catolicismo, e o outro, pelo protestantismo (calvinista). Ou seja, o descompasso que ilustra a grande lacuna entre um Brasil (atrasado) em relação aos EUA (moderno), tem suas causas em fatores geográficos e étnico-religiosos.

Na terceira tese, Raymundo Faoro (2012) traz como tema central uma explicação que a penúria do Estado e da nação brasileira está fundamentada em uma estrutura de poder patrimonialista estamental transplantada de Portugal para o Brasil. Em linhas gerais, de acordo com Souza (2017), o patrimonialismo do estamento burocrático (uma elite burocrática corrupta incrustada no Estado desde a unificação de Portugal) consegue perpetuar seu domínio por cerca de seis séculos, controlando, além do Estado, a sociedade e o mercado no País. A rapinagem deste estamento burocrático impede a prosperidade nacional sob a chancela que a corrupção se encontra exclusivamente em um Estado viciado, e não no mercado virtuoso. O quadro 01, a seguir, procura sintetizar nossa percepção sobre as três teses confrontadas.

Quadro 01 - Teses clássicas sobre a formação do Brasil

Pensadores/autores	Caio Prado Junior	Clodomir Vianna Moog	Raymundo Faoro
Obra sugerida	Formação do Brasil contemporâneo: colônia (1942)	Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas (1954)	Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (1958/1973)
Tese contestada	Oposição entre 'colônia de exploração' e 'colônia de povoamento'	Oposição entre Portugueses católicos contra o lucro e ingleses calvinistas a favor do lucro	Patrimonialismo estamental
Atraso, subdesenvolvimento	Devido ao tipo de colonização de 'exploração' (clima tropical)	Devido a etnia/religião dos colonizadores, portugueses católicos (também ao relevo e hidrografia)	Devido ao 'estamento patrimonial' herdado de Portugal
Pressuposto teórico	Marxista (visão economicista)	Weberiano (visão culturalista)	Weberiano (visão institucionalista)
Analogia presente	Brasil (inferior) X EUA	Brasil (inferior) X EUA	Brasil (inferior) X EUA

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos verificar que as três obras ilustram um Brasil colonizado pelo “pior povo do planeta”, em poucas palavras, o subdesenvolvimento, o atraso, a penúria do país tem origem: na colônia de exploração; no catolicismo dos colonizadores portugueses; e na herança colonial de um patrimonialismo estamental. Souza (1998), lembra que, tanto Karl Marx quanto Max Weber foram usados para explicar o atraso da sociedade brasileira. Os dois pensadores foram utilizados para ajudar a identificar os obstáculos que nos impedem de sermos modernos (como os EUA).

Apreciamos ainda que estas três obras clássicas que muito influenciaram e continuam influenciando desde o senso comum até construção do conhecimento científico nas universidades brasileiras apresentam como traço marcante a inferiorização do brasileiro diante do americano do norte. As narrativas construídas a partir das três teses confrontadas constituem um mito da inferioridade, com os EUA idealizado como paraíso na Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Em toda essa discussão acerca da formação do Brasil, onde fica o desenvolvimento regional e toda sua diversidade territorial? Ou ainda, de que maneira essas grandes narrativas influenciam a compreensão de territórios regionais? De maneira incipiente e bastante genérica, na tentativa de fomentar o debate, entendemos que a visão a partir das teses confrontadas (que pretendem explicar de maneira generalista a ‘o problema central do Brasil’), causa uma ‘cegueira científica’ que leva a uma simplificação das questões relativas ao Desenvolvimento regional.

Entendemos que nenhum dos autores em suas teses fala explícita e profundamente sobre as desigualdades existentes no país. Desigualdades que sempre existiram e encontramos no âmbito social. Assim de forma bem abrangente, fazemos referência a desigualdade de oportunidades, de privações, de dignidade, de direitos, de tolerância e respeito, de responsabilidade... A desigualdade social no Brasil é legitimada através de uma ‘elite do dinheiro’, principal influenciadora das ideias e projetos do País, que promove o “ódio ao pobre”, principal problema político e social brasileiro. “O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes” (SOUZA, 2017, p. 43). Nesse sentido, é preciso reinterpretar a história do Brasil tomando a escravidão como elemento definitivo que nos marca como sociedade até hoje, afirma Souza (2017).

Por último, cabe ressaltar que nosso objetivo foi contrapor as teses centrais presentes nas principais obras de três autores clássicos da literatura brasileira que discutem a formação do Brasil. Ou, ainda, que procuram explicar as limitações do desenvolvimento brasileiro a partir dessas teses. Por outro lado, estas obras apresentam acertos que não foram contemplados neste estudo.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Fernando de Mello. Vianna Moog e seu cotejo entre Brasil e Estados Unidos. *Revista USP*, São Paulo, n. 112, jan/fev/mar 2017. p. 85-96. ISSN: 2316-9036. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2018.

COLIATH, Gleubert Carlos. et al. Uma reflexão da ética protestante atual no Brasil baseado no espírito do capitalismo “teológico” - uma referência à obra de Max Weber. *Revista Ponto e Vírgula*. N, 9. 1º semestre, 2011. 182-188 p. ISSN 1982-4807. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2018.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

COHN, Gabriel. Prefácio: Persistente enigma. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed., rev. São Paulo: Globo, 2012. 913 p. ISBN 978-85-250-5296-4 [1958/1973].

COURTOISIE, Augustin. La cultura como explicación. Notas de Análisis. *Letras internacionales*. Núm. 195-8 (2014). ISSN 1688-4302. Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2018.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed., rev. São Paulo: Globo, 2012. 913 p. ISBN 978-85-250-5296-4 [1958/1973].

JUNQUEIRA, Mary Anne. Colônia de Povoamento e Colônia de Exploração. Reflexões e questionamentos sobre um mito. In: ABREU, Martha e SOHYET, Rachel.. (Org.). *Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 171-186.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: da colônia à independência*. São Paulo: Contexto, 1990. 87 p. ISBN 85-85134-68-2.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4. ed., def. São Paulo: Pioneira, 1983. 378 p.

LENARDÃO, Elsio. Crítica à ideia do 'caráter patrimonialista' do Estado brasileiro: redução do poder oligárquico regional. In: XI SEPECH-Seminário de Pesquisas em Ciências Humanas, 2016, Londrina. *Cadernos de Resumos do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas*, Blucher Social Sciences Proceedings, Volume 2, Londrina: Editora da UEL, 2016. 1189-1199 p. ISSN 2359-2990.

Disponível em: . Acesso em: 3 jan. 2018.

MONASTERIO, E.; EHRL, P. *Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu*. Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, agosto de 2015. 32 p. ISSN 1415-4765. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2017.

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

MOOG, Vianna Clodomir. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1966. 2 v. [1954].

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 7. ed São Paulo: Brasiliense, 1963. 390 p. [1942].

SOUSA, César Henrique Guazzelli e. A dicotomia entre 'colônias de exploração' e 'colônias de povoamento' e o ensino de história dos Estados Unidos no Brasil. In: BUENO, André [Org]. *Um pé de História: estudo sobre aprendizagem histórica*. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição especial Ebook LAPHIS/Sobre Ontens, 2017. p.430-434. ISBN: 978-85-65996-45-7.

SOUZA, Melissa de Mello e. A conquista da Fronteira: uma análise. In: _____. *Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 51-73. ISBN: 978-85-7631-126-3.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 240 p. ISBN 978-85-441-0537-5.

_____. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13, n. 38, São Paulo, Out. 1998. ISSN 1806-9053. Disponível em: . Acesso em: 3 jan. 2018.

VESENTINI, José William. *Geografia: o mundo em transição*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. 816 p. ISBN 978-85-08-12613-2.

VICENTINO, C.; DORIGO, G. *História geral e do Brasil*. vol. II. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2013. 386 p. ISBN 978-85-26-29121-8.

[1] Podemos verificar a presença da tese exposta por Caio Pardo Júnior', em livros didáticos de Geografia, Vesentini (2010); e História, Vicentino e Dorigo (2013). A tese empregada por Clodomir Vianna Moog' em periódicos como, Coliath et al. (2011). E o predomínio da 'tese de Raymundo

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Faoro', no jornalismo e na academia brasileira, como lembra Lenardão (2016), ou ainda como enfatiza Souza (2017), uma ideia que está por trás de todo o debate político hoje em dia no Brasil da direita de Deltan Dallagnol à esquerda de Fernando Haddad.

[2] Caio da Silva Prado Junior (São Paulo-SP, 1907 - 1990), suas obras têm importante representação no meio científico com marcante presença nas áreas da História, Geografia, Sociologia, Economia, Política e Filosofia. Seus estudos constituem parte da tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

[3] Importante destacar que esta obra não apresenta uma preocupação em estudar a formação da sociedade brasileira desde suas origens até o presente, e, se limita historicamente à formação colonial do Brasil. Foi publicada pela primeira vez em 1942.

[4] Conforme Monastério e Ehrl (2015), Caio Parado Junior foi mais um divulgador desta tese, e não seu criador. Trata-se de uma tese costumeira, que diversos autores a “redescobrem” sem citar os primeiros pensamentos presentes em Adam Smith (1776), Heeren (1817) e Rocher (1856).

[5] No tópico a seguir, fazemos um contraponto a obra de Moog (1966), mas não temos o objetivo de também contrapor a obra “Espelho de próspero” de Richard McGee Moorse (1988).

[6] “*Wilderness* é o caminho para o sonho – uma passagem repleta de perigos, desafios e mistérios que o pioneiro tem que enfrentar para conquistar o que deseja. *Wilderness* é o ambiente – caracterizado pela incerteza e pelo desconhecido – que é percorrido em direção ao “Oeste”. A linha imaginária que separa os dois é a “fronteira” entre sonho e busca, passado e futuro” (SOUZA, 2008, p. 55).

[7] Clodomir Vianna Moog (São Leopoldo-RS, 1906 - 1988), foi advogado, jornalista, romancista e ensaísta brasileiro. A primeira edição da obra em destaque foi publicada em 1954 (BARRETO, 2017).

[8] Além das consultas a obra, seguimos a proposta de discussão conforme Barreto (2017).

[9] Moog (1954) anteviu que o racismo americano diminuiria em relação ao que se apresentava na década de 1950, entretanto o que não ocorreu foi a eliminação da segregação racial.

[10] “Na idade Média, a igreja Católica desconfiou do lucro e dos juros. [...] Demônio e riqueza estavam constantemente associados na ética ibérica. Os protestantes, no entanto, particularmente os calvinistas, desenvolveram postura oposta. Deus ama o trabalho e a poupança: o dinheiro é sinal externo da graça divina. O ócio é pecado, o luxo também: assim falava o austero advogado Calvino, na Suíça” (KARNAL, 1990, p. 12-13).

[11] Max Weber (1864-1920) investigou em “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” a

Eixo temático: EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

relação existente entre certa forma de conduta econômica e suas raízes religiosas.

[12] Raymundo Faoro (Vacaria - RS, 1925 - 2003) foi jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro. Autor de importantes estudos sobre sociedade e política no e do Estado brasileiro.

[13] Esta advertência foi destacada por Faoro no prefácio a edição de 1973, quando ocorre o acréscimo de dois capítulos e a adição de inúmeras notas, a obra passa a ter dois volumes.

[14] Nos referimos ao estudo “Economia e Sociedade” publicado *post mortem* pela esposa do autor em 1921 e 1922.